

**DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA
À SOCIOLINGUÍSTICA COGNITIVA:
PANORAMA E PERSPECTIVAS¹⁶**

Marcos Luiz Wiedemer (UERJ)
mlwiedemer@gmail.com

RESUMO

O propósito deste artigo, além de investir em um texto informático-didático, apresentamos o panorama e as perspectivas da área denominada sociolinguística, que prioriza a língua em uso, cuja natureza dinâmica e heterogênea abriga a variação e mudança linguística, e os desenvolvimentos recentes teórico-metodológicos, institucionalizando o campo emergente de pesquisa do sociofuncionalismo e da sociolinguística cognitiva.

Palavras-chave:

Sociolinguística. Variação linguística. Mudança linguística. Sociolinguística cognitiva.

1. Introdução

A variação linguística tem sido estudada por diferentes perspectiva teóricas, entre elas, pela teoria da variação e mudança (LABOV, 1972; WEINREICH, LABOV; HERZOG, 1968); e por outro lado, pela abordagem cognitiva (ou cognitivo-funcionalista) a partir de três pontos de vista: diacrônico, com a investigação sobre gramaticalização, mudança semântica e mudança fonológica (LEHMANN, 1985, 2002; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT; DASHER, 2005, BYBEE, 2003); psicolinguístico, sobre a aquisição e o desenvolvimento da linguagem (TOMASELLO, 2003); tipológico e antropológico, sobre diferenças interlinguísticas (SLOBIN, 2003).

Assim, nesta aula-conferência, apresentamos o panorama e as perspectivas da área denominada sociolinguística, que surgiu com o objetivo de descrever a variação e a mudança linguística, levando em conta a linguagem inserida em seu contexto social, observando-se o uso da língua dentro da comunidade de fala e utilizando-se um método de análise quan-

¹⁶ O presente artigo se refere à Aula-Conferência, apresentada no VI SINEFIL (VI Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos).

titativa de dados, obtidos a partir da fala espontânea dos indivíduos (LABOV, 1972).

Atualmente, a sociolinguística vem ampliando o horizonte teórico-metodológico, principalmente pelo reconhecimento da relevância de pressões funcionais (sociofuncionalismo) (NARO; BRAGA, 2000; TAVARES, 2003; GORSKI; TAVARES, a sair) ou da variação intralinguística e correlações entre a variação linguística e modelos culturais, entre a variação linguística e a diversidade social e cultural, entre a variação linguística e ideologias e incluindo as questões de política da língua nos fenômenos de variação e mudança (sociolinguística cognitiva) (SILVA, 2006, 2008; MORENO, 2012). Esta, representada pelos estudos de Speelman; Grondelaers; Geeraerts (2003) sobre a variação lexical, pelo trabalho de Kristiansen (2003) sobre variação fonética e pela coletânea de estudos organizada por Kristiansen e Dirven (2008), institucionaliza o quadro emergente da sociolinguística cognitiva.

2. O campo de estudo da sociolinguística

A área denominada sociolinguística, que prioriza a língua em uso, cuja natureza dinâmica e heterogênea abriga a variação e mudança linguística, propõe-se investigar a relação entre o mundo linguístico e o mundo social, ou seja, dois campos de estudos se entrecruzam: o social e o linguístico.

Esse modelo teórico-metodológico rompe com as correntes anteriores (estruturalismo e gerativismo) que analisavam a língua como uma estrutura homogênea, resultante da aplicação de regras categóricas, passíveis de serem estudadas fora de seu contexto social.

De acordo com Pagotto (2006, p. 51), “um dos traços fundamentais das abordagens sob o rótulo “sociolinguística” é o fato de que pressupõem a autonomia do sistema linguístico para depois proporem a inter-relação com o mundo social”.

Assim, podemos reunir diversas linhas de pesquisa sob rótulo de sociolinguística, distinguindo em três grandes áreas: teoria da variação e mudança, etnografia da fala e sociologia da linguagem.

3. A sociolinguística variacionista

A sociolinguística variacionista, conhecida também como teoria da variação e mudança, surge a partir dos estudos de Labov¹⁷ e dos postulados de Weinreich, Labov e Herzog (1968), com o objetivo de descrever a variação e a mudança linguística, levando em conta a linguagem inserida em seu contexto social, observando-se o uso da língua dentro da comunidade de fala¹⁸ e utilizando-se um método de análise quantitativa de dados, obtidos a partir da fala espontânea dos indivíduos (na medida em que isso é possível), ou seja, do *vernáculo*, estilo em que o mínimo monitoramento é dispensado à produção linguística (LABOV, 1972, p. 208)¹⁹.

A sociolinguística permitiu uma nova abordagem, mostrando a variação sistemática motivada por pressões sociais e também linguísticas e postulando que é na heterogeneidade da língua que se deve buscar a estrutura e o funcionamento do sistema.

Esse novo modo de “olhar” a língua permitiu analisar e descrever o uso de variáveis linguísticas pelos indivíduos em uma determinada comunidade de fala²⁰, como também mostrou que a presença da heterogeneidade governada por regras variáveis é o que permite ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística. Dessa forma, para Weinreich, Labov e Herzog (1968), é necessário aprender a ver a linguagem, do ponto e vista diacrônico e/ou sincrônico, como objeto heterogêneo, porém sistematizável. Em outras palavras, a variação é inerente ao sistema linguístico, sendo passível de descrição e explicação

¹⁷ “The social motivation of a sound change” (1963) e “The social stratification of English in New York city” (1966) publicados em *Sociolinguistic Patterns* (1972).

¹⁸ Para Labov, “membros de uma comunidade de fala partilham um conjunto comum de padrões normativos mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real” (1972, p. 192). Essas normas correspondem a avaliações sociais acerca das variantes, que são vistas, basicamente, como formas estigmatizadas ou de prestígio. De acordo com o autor (1968), “[a] comunidade de fala não se define por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas, sobretudo, pela participação em um conjunto de normas estabelecidas. Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de modelos abstratos de variação, que são invariantes com relação aos níveis particulares de uso” (grifo nosso).

¹⁹ Labov (1997) apresenta outra definição de vernáculo: primeira forma de linguagem adquirida, plenamente aprendida e empregada apenas entre falantes de um mesmo grupo.

²⁰ Sobre a noção de comunidade de fala e seus desenvolvimentos, indicamos a leitura de Wiedemer (2008b, 2009).

mediante a correlação dos dados empíricos com o contexto social e linguístico. Assim, fatores linguísticos e sociais refletem os subsistemas gramaticais, e estes refletem e constituem a organização social das comunidades a que os usuários da língua pertencem. Além disso, a variação sincrônica é, muitas vezes, um reflexo da mudança diacrônica, conforme Labov (1994). Em suma, a sociolinguística tem como preocupação estudar a língua na produção real, no âmbito de uma comunidade, buscando entender a regularidade dentro da variação da fala.

Em termos metodológicos, a sociolinguística busca descrever e explicar o processo de variação/mudança, por meio do controle de fatores sociais/extralinguísticos (classe social, sexo/gênero, faixa etária, escolaridade entre outros) e fatores linguísticos (variantes internas à língua), procurando-se identificar aqueles fatores que influenciam a escolha de uma ou de outra variante, de modo a se explicitar aquilo que é sistemático e governado por um conjunto de regras, não categóricas.

Labov (1966) apresenta o conceito de regra variável, substituindo a noção estruturalista de variação livre, já que, segundo o autor, toda variação é condicionada. Uma regra variável deve apresentar frequência expressiva de uso e modelar-se à interferência de fatores linguísticos e extralinguísticos. Formas linguísticas alternantes são chamadas de *variantes*, e para um fenômeno ser considerado variável, há dois requisitos: manutenção do significado e possibilidade de ocorrência em um mesmo contexto (LABOV, 1978). Ou seja, trata-se, de diversas maneiras, de dizer a mesma coisa em um *mesmo contexto* e com o *mesmo valor de verdade* (TARALLO, 2001), *i. e.*, com o *mesmo significado referencial*.

Os primeiros trabalhos de Labov (1963; 1966; 1972) estão focados em análises de fenômenos variáveis do nível da fonologia e mostram que as variações são motivadas por fatores sociais ou estilísticos. Os resultados desses estudos de Labov abriram portas para a investigação da variação em outros níveis linguísticos. Entretanto, as dificuldades de adaptação do modelo em campos diferentes do fonológico esbarram na premissa da manutenção do mesmo significado referencial das formas alternantes. Sobre essa questão é importante mencionar a discussão travada entre Labov (1978) e Lavandera (1978), a partir do trabalho de Weiner e Labov (1983) sobre as estruturas ativa e passiva do inglês, uma variável de natureza sintática. Nesse trabalho, os autores tratam a construção ativa e passiva sem agente como variantes linguísticas, portanto portadoras de mesmo significado representacional, considerando que diferenças de sentidos observadas são matizes de foco ou ênfase que não afetam o significado referencial.

Como resultado de seu estudo, Weiner e Labov (1983) apontam que construções passiva e ativa são semanticamente equivalentes e não condicionadas socialmente, mas sim por fatores internos, no caso, pelo que chama de *paralelismo estrutural*²¹. Tais resultados implicaram a reformulação de pressupostos teóricos: o postulado de que a variação, que pode ser explicada em termos sociais, cede lugar a considerações de ordem interna relativas ao funcionamento da gramática.

Lavandera (1978), pondo em questão a adequação de se estender a noção de variável sociolinguística a outros níveis de análise além do fonológico, defende que toda construção sintática possui seu significado próprio e propõe um alargamento da condição de “mesmo significado” para condição de “comparabilidade funcional”. Sob tal proposta, considera alternantes sintáticas como variáveis sociolinguísticas, desde que elas veiculem alguma informação não referencial (significado social e estilístico) e sejam semelhantes às variáveis fonológicas, com covariação quantitativa e frequências significativas.

Em resposta a essa proposição de Lavandera, Labov (1978) enfatiza a noção de significado referencial, também chamado *significado representacional* ou *estado de coisas*, sob a consideração de que dois enunciados que se referem ao mesmo estado de coisas tem mesmo valor de verdade. Além do significado representacional, o autor ainda propõe outras funções: a função de “identificação do falante” e a função de “acomodação ao ouvinte”. Afirma, também, que o objetivo da teoria linguística é prever a distribuição provável na língua de informação nos níveis fonológico, prosódico, morfológico, sintático etc. A teoria, mais que medir o peso dos fatores sociais, preocupa-se em obter um retrato da estrutura gramatical da língua, e a maneira como regras gramaticais cumprem funções de acomodação/identificação é um passo posterior na análise. Por fim, o autor acrescenta que há evidências de que a competência linguística do falante inclui restrições quantitativas e que o reconhecimento de tais restrições permite-nos construir uma teoria gramatical. Assim, abre-se espaço para análises variacionistas nos diferentes níveis gramaticais e para se descrever e explicar um fenômeno variável com base em fatores condicionantes estruturais (linguísticos), e sociais (nem sempre relevantes).

Ao término desse embate, é de se observar, portanto, que a extensão

²¹ Segundo esse princípio, se o falante emprega logo de início na fala uma marca gramatical, ele tende a continuar empregando-a, e se a apaga, tende a repetir esse procedimento.

do modelo variacionista para tratar dos fenômenos sintático-discursivos “abriu as portas à incorporação de hipóteses funcionalistas, no sentido de atribuir a motivações fora da estrutura da língua, decorrentes de necessidades comunicativo-funcionais, à origem da variação” (PAREDES, 1993, p. 885). Assim, pode-se estender a noção de significado para o *mesmo significado/função*, e abordar um objeto de estudo por meio das premissas do funcionalismo linguístico²².

Uma segunda discussão foi engatilhada pelo trabalho de Kay e McDaniel (1979), seguido pela réplica de Sankoff e Labov (1979) e pela tréplica de Kay e McDaniel (1981). O objeto da crítica dos autores mirava a incompatibilidade entre o modelo gerativista e o variacionista,²³ que trabalhavam, respectivamente, nos níveis da competência e do desempenho. A principal crítica de Kay e McDaniel (1979) referia-se ao estatuto metodológico da teoria variacionista e questionava como a regra variável, que é probabilisticamente regida, podia ser inserida adequadamente dentro de um modelo de competência (CAMACHO, 2003). Esse segundo embate permitiu a interface da perspectiva formal e variacionista, explicitada, por exemplo, na hipótese de *gramáticas em competição* (KROCH, 2001) ou na *variação paramétrica* (TARALLO, 1986, 1987).

Contudo, desde os estudos pioneiros de Labov (1963), a sociolinguística variacionista tem presenciado ampliações que vão da análise quantitativa de dados de fala ao exame das redes sociais (MILROY, 2002), das práticas sociais (ECKERT, 2000) e de diferentes estilos de fala (COUPLAND, 2007). Porém, os diferentes olhares e desenvolvimentos da área compartilham pelo menos dois aspectos centrais: o tratamento estatístico de dados, na busca de regularidades e tendências de mudanças, e a inter-relação com o aspecto social. Por fim, o que percebemos é que a área manteve a coerência interna apesar de todos os desenvolvimentos existentes.

4. Os princípios empíricos da mudança linguística

²² Nos últimos anos, essa conciliação teórica vem ganhando força no Brasil (NARO; BRAGA, 2001). Uma discussão bastante aprofundada e uma proposta de conciliação teórica pode ser conferida em Tavares (2003) e também em Görski e Tavares (inédito).

²³ Uma discussão da proposta de conciliação teórica entre as teorias sociolinguística e a gerativista pode ser conferida em Tarallo (1986; 1987).

Para captar o curso da mudança, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968), é necessário, primeiramente, ver a língua como dotada de *heterogeneidade sistemática* (parte da competência linguística do falante). O segundo passo é descobrir o mecanismo da mudança, ou seja, quais fatores a condicionam; para tal, os princípios empíricos, propostos por Weinreich, Labov e Herzog (*op. cit.*), *transição, restrições, encaixamento, implementação e avaliação*, a seguir especificados, devem nortear toda e qualquer investigação de fenômenos variáveis.

Por *transição*, os autores entendem a mudança de um estado da língua a outro, e problematizam: se uma língua tem de ter estrutura para funcionar, como as pessoas continuam falando enquanto a língua muda? Ou seja, como uma mudança acontece? Chamam esse processo de fase de maior sistematicidade. Nota-se, contudo, que um mesmo falante usa ora uma forma, ora outra, sem se ater ao fato de que a língua (aquela categoria) está mudando. Nesse estágio de transição, uma forma alternativa passa a ser utilizada em alguns contextos, até ser primordial em todos e tornar a outra obsoleta.

Além disso, segundo os autores, um grande número de variáveis estudadas revela uma estrutura sociolinguística complexa, na qual o valor da variável é determinado por vários fatores linguísticos e sociais, os quais entram como ferramentas básicas para explicar o mecanismo da mudança. Enquanto a língua muda, não há nenhum problema de comunicação, então, a sistematicidade não é perdida, como poderíamos erroneamente supor. Mas deve haver algo que justifique a mudança. Se não é uma questão de economia, nem de resolução de ambiguidade, por que a língua muda?

O *problema da transição* foi revigorado pelos estudos funcionalistas sobre gramaticalização. Nas décadas de 1980 e 1990, autores como Lichtenberk (1991), por exemplo, retomam a discussão do *problema da transição* e defendem ser inerente aos fenômenos estudados de gramaticalização o gradualismo das mudanças/variações, e que isso remete ao fenômeno contínuo da gramaticalização, em outras palavras, ao seu caráter unidirecional. Sobre isso, Weinreich, Labov e Herzog (1968) defendem que os fatores que produzem mudanças não são abruptos e repentinos, mas atuam lenta e gradualmente, e com isso, a observação da mudança requer a verificação de dois ou mais estágios de uma língua. Assim, no fluxo da mudança, há estágios intermediários em que formas “em conflito” se distribuem irregularmente entre os membros de uma determinada comunidade de fala em um processo que pode aparentemente durar séculos.

Se descobrirmos o que pode mudar ou o que está mudando (estado de transição), podemos delinear as condições de mudança (*restrições*), ou seja, os possíveis condicionamentos e restrições linguísticas ou extralinguísticas, além das restrições gerais de processamento da mudança, as quais determinam as alterações possíveis e sua trajetória de mudança/variação – aquilo que determina possíveis mudanças ou que propicia condições para que a mudança ocorra.

Sobre o *encaixamento* do fenômeno em mudança, é fundamental descobrir como formas alternantes se encaixam no sistema de relações linguísticas e extralinguísticas. Esse princípio aparece problematizado pelos autores por meio das seguintes questões: (i) que outras mudanças podem estar associadas com certa alteração de modo que o resultado não possa ser atribuído à coincidência? (ii) quais as possíveis relações em cadeia decorrentes do encaixamento da variável na estrutura linguística? (iii) como identificar grupos sociais aos quais as formas se vinculam (encaixamento da variável na estrutura social). Em suma: qual a importância da mudança em termos estruturais e em termos sociais e quais as correlações entre ambos?

Segundo Faraco (1998), pode-se verificar o encaixamento estrutural quando contextos linguísticos que favorecem um determinado tipo de mudança desencadeiam outras mudanças, possíveis relações em cadeia, e pode-se constatar o encaixamento social quando há relação entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolinguística (grupo socioeconômico; faixa etária; sexo/gênero; etnia; localização geográfica; escolaridade). Assim, é na busca de tais relações que se observa como os estudos empíricos revelam a língua como um sistema que muda em associação com mudanças na estrutura social.

Ainda, no processo de mudança, é preciso verificar como uma determinada variante se espalha na comunidade e como esta é avaliada pelos falantes em termos de significância social, questões relacionadas à *implementação* e à *avaliação* da mudança, respectivamente.

A *implementação* está atrelada às causas/motivações da mudança; sob esse viés, procura-se identificar em que parte da estrutura social e linguística a mudança se originou. Nas palavras de Labov (1994, p. 3), “para se entender as causas da mudança, é necessário saber onde ela se origina na estrutura social, como se espalha para outros grupos sociais e quais grupos resistem a ela”.

Nessa etapa, uma mudança pode iniciar-se como um padrão local e

espalhar-se por grupos vizinhos; a oposição entre duas variantes, em muitos casos, simboliza uma oposição entre valores sociais, resultando em normas sociais, etárias, estilísticas. Busca-se responder na *implementação*: Por que uma dada mudança linguística ocorre em certa época e lugar? Como ela se espalha para outros grupos? Que grupos se mostram mais resistentes a ela?

Sobre a *avaliação*, Weinreich, Labov e Herzog (1968) defendem que estágios iniciais da mudança estão abaixo do nível de representações sociais; e os falantes não os percebem. Como característica essencial da mudança linguística, o nível de consciência dos membros da comunidade de fala constitui fator a ser considerado na análise. Para Labov (1982), somente em estágios posteriores, os falantes apresentam desvios estilísticos, resultando na estratificação social. Weinreich, Labov e Herzog (1968) traduzem o problema da avaliação nas seguintes questões: como os membros de uma comunidade de fala avaliam uma mudança particular? Avaliações negativas podem efetuar o curso da mudança? Ela pode ser detida e revertida como consequência do estigma social?

Ainda sobre a avaliação da mudança, são vários os meios de detectá-las em relação às formas variantes: (i) *indicadores* – traços linguísticos socialmente estratificados, mas não sujeitos à variação estilística, como pouca força avaliativa; (ii) *marcadores* – traços linguísticos social e estilisticamente estratificados, que produzem respostas regulares em testes de reação subjetiva; (iii) *estereótipos* – traços socialmente marcados de forma consciente (LABOV, 1972, p. 314). Os dois primeiros são decorrentes de julgamentos sociais inconscientes, mas, mesmo assim, podem ser medidos por meio de várias técnicas²⁴.

Assim, a preocupação central da área é com “as formas das regras linguísticas e com as restrições impostas sobre elas, sua combinação dentro de sistemas, e a evolução dessas regras e sistemas ao longo do tempo” (LABOV, 1972, p. 184).

²⁴ Segundo Görski e Coelho (2009, p. 81) “algumas variáveis se revelarão na sociedade como *estereótipos*, isto é, como alvos de comentários sociais estigmatizados. Outras variáveis se revelarão como *marcadores*, por receberem uma consistente valoração social e estilística, como marca de prestígio, por exemplo. E outras variáveis, ainda, se revelarão como *indicadores* apenas, não sendo reconhecidas nem comentadas pela sociedade”.

5. O sociofuncionalismo

A importância dos pressupostos funcionalistas, que podem ampliar o horizonte teórico-metodológico da sociolinguística é o reconhecimento da relevância de pressões funcionais nos fenômenos de variação e mudança. Assim, é possível sustentar a relação de ser feita entre a teoria da variação e mudança e o paradigma da gramaticalização, denominada Sociofuncionalismo (TAVARES, 2003, GÖRSKI; TAVARES, inédito, TAVARES, 2013)²⁵.

Fenômenos de variação de forma e de significado são previstos em processos de gramaticalização, principalmente quando uma dada forma ainda não cumpriu toda a trajetória de mudança prevista. É o que se verifica nos princípios empíricos postulados por Hopper (1991, 1996) para o reconhecimento de estágios incipientes de gramaticalização, dentre os quais, o da *estratificação* e o da *divergência*, que procuram dar conta da variação nas formas e nas funções, respectivamente, de itens que se encontram em processo de mudança.

O *princípio da estratificação* prevê que “dentro de um domínio funcional amplo, novas camadas estão continuamente emergindo” e quando isso acontece, “camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem permanecer coexistindo e interagindo com as novas camadas que surgem”, o que significa reconhecer a coexistência de diferentes formas para uma mesma função. Já o *princípio da divergência* postula que, ao iniciar um processo de gramaticalização, uma forma desenvolve funções variadas, além daquela que originalmente cumpria.

Adotando-se um sentido mais *lato* de variação, *estratificação* e *divergência* representam o ponto de contato para abordagem da gramaticalização na interface com a sociolinguística. Embora, na perspectiva laboviana, a mudança decorra da variação, e, na perspectiva da gramaticalização, a variação é que decorre da mudança, ambas as abordagens preveem a existência de formas em variação e de mudança linguística gradual. O que muda é o foco central de cada perspectiva teórica. Enquanto a primeira se ocupa basicamente de formas alternantes para um mesmo significado e da possibilidade de a mudança ocorrer em função da extinção de uma das

²⁵ Outras aproximações entre a área da sociolinguística e o paradigma da gramaticalização são discutidas em Nevalainen e Palander-Collin (2011).

formas, a segunda trata basicamente da trajetória de uma forma e das múltiplas funções que esta vai adquirindo, podendo tal forma, em um determinado estágio, competir com outras formas para o desempenho de uma função específica.

Sobre isso, são palavras de Görski *et al.* (2003):

A relação entre *mudança por gramaticalização e variação* pode ser assim resumida: no decorrer de sua evolução um dado item passa a desempenhar múltiplas funções, que podem abranger apenas mudanças semânticas ou ser acompanhadas de mudanças categoriais (*uma forma* com mais de uma função – foco da gramaticalização). Nessa trajetória, seu uso pode expandir-se para um domínio funcional já codificado por outro item, passando a disputar com ele o direito à representação da função/significado (*mais de uma forma* com uma função/significado – foco da variação). (GÖRSKI *et al.*, 2003, p. 107)

Na interface sociofuncionalista, tem sido considerada a definição de Nichols (1984) para o termo *função/significado*, expandindo-se a definição de variantes de Labov (1978) de “mesmo significado” para “mesma função”, a qual remete ao papel discursivo das variáveis. Assim, não são formas que desempenham funções ou codificam significados, mas é a *função/significado* das formas que é atualizada no contexto (GÖRSKI *et al.*, 2003, p. 120). Na mesma linha, Hopper (1991) afirma que formas gramaticalizadas mudam seu significado de “proposicional” para “textual”, isto é, “as formas mudam para ter um significado ou função que está relacionada ao texto ou a alguma construção local” (p. 31).

Relativamente ao *Princípio da Estratificação* em gramaticalização, tal como proposto por Hopper (1991, 1996) e assumido por outros pesquisadores, que mostram a pertinência de estudos na interface variação/gramaticalização (NARO; BRAGA, 2000; TAVARES, 2003; GÖRSKI; TAVARES, inédito, WIEDEMER, 2008a, 2013 entre outros).

A respeito do foco de cada perspectiva que compõe a interface sociofuncionalista, Görski e Tavares (inédito) assinalam que essa diferença de abordagem se deve às preocupações centrais de cada teoria, que podem ser resumidas do seguinte modo:

Quadro 1 - Variação e mudança X Gramaticalização

VARIAÇÃO e MUDANÇA → UM SIGNIFICADO E AS DIFERENTES FORMAS QUE O CODIFICAM
GRAMATICALIZAÇÃO → UMA FORMA QUE DESEMPENHA DIFERENTES FUNÇÕES

Fonte: adaptado de Görski e Tavares (inédito)

Considerando o quadro acima, a noção laboviana de variável linguística se aproxima da noção de domínio funcional: em termos variacionistas, duas ou mais *variantes* (formas em competição) constituem uma *variável linguística*. Em termos funcionalistas, duas ou mais *camadas* podem coexistir num *domínio funcional*. A passagem a seguir, extraída de Görski e Tavares (inédito), esclarece essa aproximação.

O princípio de estratificação, proposto por Hopper (1991) como uma das maneiras de se diagnosticar a ocorrência da gramaticalização, permite a convergência entre os objetos de estudo variacionista e funcionalista, pois prevê que, dentro de um domínio funcional, emergem continuamente novas camadas para marcar funções que em geral já são marcadas por outras formas, mais antigas no ramo. Se, por conta da gramaticalização, um elemento se torna uma das camadas de um certo domínio, a análise somente será completa se também forem levadas em conta as demais formas que competem com o elemento mais recente, pois são as inter-relações entre todas as camadas que definem os rumos do domínio como um todo e de cada elemento em particular. Aproximando as terminologias das duas abordagens em foco, temos que ‘camadas’ funcionais correspondem a ‘variantes’ sociolinguísticas (GÖRSKI; TAVARES, inédito).

Como vimos, ambas as abordagens preveem a solução da variação. Na teoria da variação e mudança, as regras tendem a se tornar categóricas; na gramaticalização, situações em que uma função é desempenhada por duas ou mais formas tendem a mudar para uma em que haja correlação entre uma forma e uma função. A variação pode ser solucionada devido à especialização²⁶ (ou desaparecimento) sofrida por uma ou mais das formas alternantes, como bem esclarecem Görski e Tavares (inédito) na seguinte passagem:

Hopper (1991) prevê a *especialização* como capaz de suavizar ou mesmo extinguir uma situação de estratificação funcional. Uma das camadas sofreria abstração e generalização, passando a se sobrepor às demais. Desse modo, poderia assumir a totalidade ou grande parte dos papéis abarcados pelo domínio, o que levaria à diminuição do uso ou mesmo eliminação das concorrentes. Além da *especialização por generalização*, há também a possibilidade de *especialização por especificação*, em que cada camada adquiriria significados específicos e/ou preponderaria em contextos sociolinguísticos distintos, o que também acarretaria o fim da competição (GÖRSKI; TAVARES, inédito).

Tavares (2003), ao realizar uma síntese de características da interface entre a sociolinguística e o funcionalismo, propõe:

[A abordagem] pode ser considerada sociofuncionalista, uma vez que arti-

²⁶ Segundo Hopper e Traugott (1993, p. 114), as diferenças especializações das formas são manifestadas por preferências textuais, condicionadas por contextos sociolinguísticos.

cula pressupostos do funcionalismo (estudo da função, análise de aspectos discursivos e processo mentais, tendências de uso entendidas como reflexo da organização do processo comunicativo, dentre outros) e da sociolinguística (variação, quantificação dos dados de acordo com variáveis sociais e estruturais, motivação social da mudança, dentre outros). (TAVARES, 2003, p. 142-144)

6. A sociolinguística cognitiva

Na coletânea de estudos organizada por Kristiansen e Dirven (2008), institucionalizando o quadro emergente da sociolinguística cognitiva, no seu capítulo introdutório, inicia com a seguinte citação de Langacker:

Articulando a natureza dinâmica da estrutura conceitual e gramatical nos leva inexoravelmente à dinâmica do discurso e interação social. Embora estes também têm sido parte da gramática cognitiva, desde o início, eles certamente não têm recebido a ênfase que merecem. (1999, p. 376, *apud* KRISTIANSEN; DIRVEN, 2008, p. 1).

Já Hollmann (2013, p. 2) apresenta a definição mais restrita da área, e esclarece que a sociolinguística cognitiva é o estudo da variação linguística a partir da combinação da perspectiva social e cognitiva. Diante disto, é possível entender a cognição como *cognição social*, conforme afirma Silva (2008).

Para Croft (2009), a linguística sociocognitiva oferece uma alternativa psicologicamente mais realista às teorias formais da gramática e semântica, rejeitando a hipótese da modularidade, e considerando de que a linguagem é uma parte integrada da cognição humana. Segundo o autor (2009, p. 1), “estruturas e processos gramaticais na mente são instâncias de habilidades cognitivas gerais”. Com isso, a abordagem do modelo de cognição linguística para ser bem sucedido, deve incorporar uma perspectiva social-interacional sobre a natureza da linguagem, e não só como um fenômeno mental. Assim, Croft reformula o princípio citado como “estruturas e processos gramaticais na mente são instâncias de habilidades cognitivas sociais gerais” (2009, p. 3), e argumenta que as habilidades sociais mais importantes em relação ao comportamento linguístico são ações conjuntas, coordenação e convenções.

De acordo com Hollmann (2013, p. 4), *convenção* refere-se a nossa capacidade de compartilhar um sistema de símbolos entre os membros de uma comunidade, incluindo uma comunidade de fala. Para o autor, sem essa capacidade, a comunicação linguística seria muito menos eficiente.

Croft (2009) argumenta que na atribuição de significados para verbalizações, ouvintes utilizam certo grau de indeterminação, e isso implica estratégias de verbalização e interpretações que não são icônicas, no sentido como um para um.

Givón (1995) comenta que, na correlação entre forma e função, é preciso admitir a existência de certa arbitrariedade na codificação linguística, pois a iconicidade está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma (código/estrutura) quanto na função (mensagem), fato que faz com que o código tenha alterações provocadas pelo atrito fonológico, e a mensagem, alterações em virtude da elaboração criativa do falante. Essas alterações, por sua vez, podem gerar, por certo período de tempo, ambiguidades na forma e na função; ou seja, na forma, verifica-se a correlação entre uma forma e várias funções (polissemia); quanto à mensagem, observa-se a correlação entre várias formas e uma função (variação). É o que parece explicar o processo de variação e mudança.

O surgimento de novas construções gramaticais que tem sido tradicionalmente considerado como o resultado de algum mecanismo “especial”, em que ouvinte/falante tentando evitar ser mal interpretados (por exemplo, CROFT, 2010), ou tentando ser expressivo (por exemplo, LEHMANN, 1985). No entanto, Croft argumenta que essas novas variantes surgem no discurso de todos os dias, como o resultado não intencional da indeterminação inerente ao significado das construções. Isto torna o surgimento de novas variantes gramaticais muito semelhante ao de novas variantes fonéticas, que também são produzidas simplesmente por rotina na produção da fala normal. Isso, automaticamente, traz implicações para a compreensão da mudança gramatical, bem como, especificamente para a teoria da gramaticalização (por exemplo, HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

No entanto, o escopo teórico-metodológico estabelecido pela sociolinguística cognitiva é ainda mais amplo, pois toma em conta não apenas a situação comunicativa entre falante/ouvinte, mas também o contexto social mais amplo, o que inclui variáveis tradicionalmente estudadas na sociolinguística, tais como registro, região, entre outros, bem como a noção de prestígio (por exemplo, LABOV, 1972, 2001, TRUDGILL, 1974).

Considerando que Croft (2009, 2010) centra-se na primeira fase da gramaticalização, argumentando que isso deve ser explicado em termos sociointeracional, e enfatiza a importância dos fatores sociais na mudança de linguagem. No entanto, essa perspectiva social mais ampla aplica-se a

um aspecto diferente de mudança, ou seja, não o surgimento de novas variantes, mas a sua propagação em toda a comunidade de fala, e o autor argumenta que esta propagação deve ser explicada com referência à noção sociolinguística de prestígio.

Com base na pesquisa sobre gramaticalização e mudança linguística em geral, Hollmann e Siewierska (2006) sugerem que fatores sociais podem certamente contribuir para a saliência em algum momento na vida de uma variante, mas que, quando novas variantes surgem, os fatores que determinam o seu grau de importância deve ser de natureza cognitivo-perceptual. Isso, porque as novas variantes, por definição, não têm sido em torno de tempo suficiente para ter adquirido qualquer valor social. Porém, para dar conta desta nova metodologia, é necessário determinar a importância relativa dos vários determinantes cognitivo-perceptuais de variantes.

Também é amplamente aceito entre os linguistas cognitivos, e é frequentemente usado por aqueles que trabalham dentro do *modelo baseado no uso* (por exemplo, BYBEE; SCHEIBMAN, 1999), a associação de que a frequência de determinado item motive a sua redução.

Para medir a contribuição que a sociolinguística cognitiva oferece à investigação sociolinguística, Silva (2008) aponta três especificidades e contributos: a perspectiva cognitiva dos fenômenos variacionais; a exploração da *cognição social*, principalmente, a esclarecimento da interação dialética entre o nível individual cognitivo e o lado social das normas coletivas; o desenvolvimento de métodos quantitativos baseados em *corpora* e de métodos de análise multivariacional da confluência de fatores conceituais, discursivos e variacionais.

Assim, crucialmente, a sociolinguística cognitiva examina as correlações entre a variação linguística e modelos culturais, a variação linguística e a diversidade social e cultural, a variação linguística e ideologias e incluindo as questões de política da língua.

7. Conclusão

Neste texto, apresentamos um panorama da sociolinguística e dos desenvolvimentos recentes, sociofuncionalismo e sociolinguística cognitiva.

Vimos que tanto a teoria funcionalista, quanto a linguística cognitiva têm noções e contribuições importantes para sociolinguística, e com isso ampliar o escopo de pesquisa de modo a entender a linguagem como um fenômeno cognitivo, bem como um fenômeno social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, J. L. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____; SCHEIBMAN, J. The effect of usage on degrees of constituency: the reduction of *don't* in English. *Linguistics*, 37, 1999, p. 575-96.

CAMACHO, R. O formal e o funcional na teoria variacionista. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003, p. 55-65.

COUPLAND, N. *Style: language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CROFT, W. Toward a social cognitive linguistics. In: EVANS, V.; STÉPHANIE, P. (Eds.). *New directions in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, p. 395-420, 2009.

_____. The origins of grammaticalization in the verbalization of experience. *Linguistics*, 48, 2010, p. 1-48.

ECKERT, P. *Language variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

FARACO, C. A. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1998.

GEERAERTS, G.; KRISTIANSEN, G.; PEIRSMAN, Y. (Eds.). *Advances in cognitive sociolinguistics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamin, 1995.

GÖRSKI, E. et al. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 106-122.

GÖRSKI, E.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática.

Working Papers em Linguística, 10 (1), jan./jun., Florianópolis, p. 73-91, 2009.

GÖRSKI, E.; TAVARES, M. A. *Teoria da variação/mudança e funcionalismo linguístico: (in)compatibilidades?* [No prelo].

HOLLMANN, W. B. Constructions in cognitive sociolinguistics. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (Eds.). *The Oxford Handbook of Construction Grammar*. Oxford Handbooks: Oxford University Press. 2013, p. 491-509.

_____; SIEWIERSKA. Corpora and (the need for) other methods in a study of Lancashire dialect. *Zeitschrift für Anglistik und Amerikanistik*, 54, 2006, p. 203-216.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: _____. *Approaches to Grammaticalization*, v. one, Amsterdam: John Benjamin's Publishing Company, p. 17-35, 1991.

_____. Some recent trends in grammaticalization. *Annual Review Anthropology*, 25, p. 217-236, 1996.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KAY, P.; McDANIEL, Ch. K. On the logic of variable rules. *Language in Society*, p. 151-187, 1979.

KRISTIANSEN, G. How to do things with allophones: Linguistic stereotypes as cognitive reference points in social cognition. In: DIRVEN, R.; FRANK, R.; PÜTZ, M. (Ed.). *Cognitive Models in Language and Thought: Ideologies, Metaphors, and Meanings*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2003, p. 69-120.

_____; DIRVEN, R. (Eds.) *Cognitive sociolinguistics: language variation, cultural model, social systems*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.

KROCH, A. Syntactic change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (Eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Oxford: Blackwell, p. 699-729, 2001.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania, 1972.

_____. The social motivation of a sound change, *Word*, n. 19, p. 273-309,

1963.

_____. *The social stratification of English in New York City*. Washington Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. The reflection of social process in linguistic structures. In: FISHMANN, J. (Ed.) *Readings in the sociology of language*. The Hague: Mouton, p. 240-251, 1968.

_____. Where does the linguistic stop? a response to Beatriz Lavandera. *Working Papers Sociolinguistics*, n. 44, 1978.

_____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Oxford: Blackwell, 1994.

LAVANDERA, B. R. Where does the sociolinguistic stop? *Language Society*, 7, p. 171-182, 1978.

_____. Resolving the neogrammarian controversy. *Language*, 57, p. 30-87, 1981.

_____. Building on empirical foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, p. 11-92.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LEHMANN, C. Grammaticalization: synchronic variation and diachronic change. *Lingua e Stile W*, p. 303-18, 1985.

_____. *Thoughts on grammaticalization*. 2. ed. rev. ed. Erfurt: University of Erfurt, 2002. Disponível em: <http://www.uni-erfurt.de/sprachwissenschaft/ASSidUe/ASSidUe09.pdf>>. Acesso em: 25-11-2008.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, E. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*, vol. I, Amsterdam: John Benjamins, 1991.

MILROY, L. Social networks. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGIL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, p. 549-569, 2002.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Sociolingüística cognitiva: proposiciones, escolios y debates*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2012.

(Lengua y Sociedad em el Mundo Hispánico, 31).

NARO, A. J.; BRAGA, M. L. A interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Niterói, n. 9, 2º sem. 2000.

NEVALAINEN, T; PALANDER-COLLIN, M. Grammaticalization and sociolinguistic. In: NARROG, H.; HEINE, B. *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: University of Oxford, 2011.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 13, p. 97-117, Stanford, 1984.

PAGOTTO, E. Sociolinguística. In: PFEIFFER, C. C.; NUNES, J. H. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, p. 49-72.

PAREDES DA SILVA, V. L. A abordagem laboviana. Mesa redonda: os estudos de variação no Brasil: situação atual. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL*. Goiânia, 1993.

SANKOFF, D.; LABOV, W. On the uses of variable rules. *Language in Society*, 8, p. 189-222, 1979.

SILVA, A. S. da. Sociolinguística cognitiva e o estudo da convergência/divergência entre o português europeu e o português brasileiro. *Revista de Estudos Linguísticos, Veredas*, 10, 2006.

_____. Integrando a variação social e métodos quantitativos na investigação sobre linguagem e cognição: para uma sociolinguística cognitiva do português europeu e brasileiro. *Revista Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 49-81, jan./jun. 2008.

SPEELMAN, D.; GRONDELAERS, S.; GEERAERTS, D. Profile-based linguistic uniformity as a generic method for comparing language varieties. *Computers and the Humanities*, 37, p. 317-337, 2003.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. Zelig: uma camaleão-linguística. *D.E.L.T.A*, São Paulo, 2, p. 127-144, 1986.

_____. Por uma sociolinguística “paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaio de Linguística*. Belo Horizonte, n. 13, p. 51-83, 1987.

TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2003.

_____. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. *Interdisciplinar*. Edição especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v. 17, jan./jun., p. 27-48, 2013.

TOMASELLO, M. *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*, v. 2. New Jersey: LEA, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRUDGILL, P. *The social differentiation of English in Norwich*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. *Journal of Linguistics*, 19, 1983, p. 339-384.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MACKIED, Y. (Eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, p. 97-195, 1968.

WIEDEMER, M. L. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2008a.

_____. As faces da comunidade de fala. *Linguagens – Revista de Letras, Artes e Comunicação*, Blumenau, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2008b.

_____. Ampliação da noção teórica da comunidade de fala na pesquisa sociolinguística. In: XII Simpósio Nacional de Letras e Linguística e II Simpósio Internacional de Letras e Linguística, 2009, Uberlândia. *Anais do SILEL*, 2009c. v. 1.

_____. *Variação e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – UNESP, São José do Rio Preto, 2013.